

Terça-Feira, 23 de Junho de 2026

## **Banco Digimais replicou esquema fraudulento do Banco Master, aponta investigação da PF**

### **Operação contra instituição de Edir Macedo identifica práticas financeiras semelhantes às do extinto Banco Master**

A Polícia Federal identificou que o Banco Digimais, controlado pelo bispo evangélico Edir Macedo, utilizou o mesmo modelo operacional fraudulento que caracterizou o Banco Master, uma das maiores fraudes financeiras da história brasileira. A conclusão consta da representação que fundamentou a operação deflagrada nesta terça-feira (23 de junho).

Durante a ação, policiais cumpriram nove mandados de busca e apreensão contra pessoas ligadas ao Digimais. Embora o bispo não tenha sido alvo direto dos mandados por residir no exterior, a Justiça decretou a quebra de seu sigilo bancário e o bloqueio de seus bens. Segundo a investigação, os suspeitos manipularam demonstrativos contábeis e registros regulatórios para ocultar a verdadeira situação financeira da instituição, criando uma falsa aparência de solidez para enganar os órgãos fiscalizadores.

O documento da corporação federal afirma que o banco de Edir Macedo "adotou práticas financeiras temerárias e estreitamente análogas às do extinto Banco Master". A instituição implementou um modelo agressivo de captação de recursos, atraindo clientes mediante a oferta de Certificados de Depósito Bancário (CDBs) com taxas de retorno significativamente superiores aos patamares de mercado.

De acordo com os investigadores, essa captação massiva não possuía respaldo em ativos reais, sustentando-se unicamente na expectativa de cobertura pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC). A PF enfatiza que "a gestão utilizou a garantia coletiva para obter liquidez, dissimular o passivo descoberto e transferir o risco operacional para todo o sistema financeiro".

O Banco Master é mencionado no documento porque seus métodos fraudulentos funcionaram como precedente e paradigma para outras instituições financeiras. Conforme destacado pela corporação, o "modus operandi" investigado no Digimais reproduz fielmente a estratégia criminal que caracterizou aquele banco.

A representação descreve a dinâmica fraudulenta: "Aproveitando a assimetria informacional e confiança dos depositantes na proteção institucional, a diretoria do Banco Digimais replicou a prática de superavaliar ativos mediante emissão de títulos com rentabilidades desproporcionais aos indicadores de mercado, efetuando manipulações nos balanços com objetivo de ocultar dos órgãos de controle a deterioração da carteira de crédito".

Existem conexões diretas entre as duas instituições. Em janeiro de 2025, Maurício Antonio Quadrado, ex-sócio executivo do Banco Master, tentou adquirir o Digimais através da holding Bluebank. O Banco Central vetou a operação diante dos riscos identificados. Adicionalmente, o Digimais alocou aproximadamente R\$ 600 milhões em carteiras de direitos creditórios originários do Banco Master. A PF ressalta que manter esses créditos de "origem duvidosa", combinado à captação agressiva com taxas acima do mercado, indica gestão

temerária ou fraudulenta por parte da instituição controlada pelo bispo.

A operação resultou no bloqueio de R\$ 670 milhões em bens e valores relacionados ao banco.